



Universidade de Brasília
Departamento de Economia

Série Textos para Discussão

**Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza
No Agreste e Sertão de Pernambuco:
1777-1887**

Flávio Rabelo Versiani
Universidade de Brasília

José Raimundo Oliveira Vergolino
Universidade Federal de Pernambuco

Texto nº 231
Brasília, Agosto de 2002

Department of Economics Working Paper 231
University of Brasilia, August 2002

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 231

**Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza
No Agreste e Sertão de Pernambuco:
1777-1887**

Flávio Rabelo Versiani

Universidade de Brasília

José Raimundo Oliveira Vergolino

Universidade Federal de Pernambuco

Brasília, 30 de agosto de 2002

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Instituto Central de Ciências
Caixa Postal 04302, 70910-900 Brasília, DF, Brasil
Tel.: (55-61) 3072498, 2723548
Fax: (55-61) 3402311
E-mail: econ@unb.br
<http://www.unb.br/ih/eco>

Chefe do Departamento

Prof. Flávio Rabelo Versiani

Sub-Chefe do Departamento

Prof. Jorge Madeira Nogueira

Coordenador de Pós-Graduação

Prof. André Rossi de Oliveira

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Prof. Maurício Soares Bugarin

Coordenador de Graduação

Prof. Jorge Madeira Nogueira

SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Comissão Editorial, mandato junho de 2001 a setembro de 2002

André Rossi de Oliveira

Bernardo Mueller

Flávio Versiani

Jorge Nogueira

Maurício Bugarin (editor)

Mauro Boianovsky

Apoio: CESPE UnB

POSSE DE ESCRAVOS E ESTRUTURA DE ATIVOS NO AGRESTE E SERTÃO DE PERNAMBUCO: 1777-1887

Autores: Flávio Rabelo Versiani (Universidade de Brasília)
José Raimundo O. Vergolino (Universidade Federal de Pernambuco)

Resumo - O artigo reporta achados de um programa de pesquisa em andamento sobre as características do escravismo em Pernambuco, com ênfase no século XIX.. A partir da evidência de que uma parcela significativa do estoque de escravos da província estava localizada, no período, fora de sua área açucareira — ou seja, no Agreste e no Sertão — investigam-se as características de tais escravos, a partir de dados de inventários *post mortem*. Verifica-se que os escravos no Agreste e Sertão (i) em geral pertenciam a pequenos plantéis; (ii) tinham o perfil demográfico esperado de cativos comprados para utilização produtiva; (iii) constituíam proporção preponderante dos ativos inventariados, em valor; mesmo depois da abolição do tráfico, quando os preços de escravos subiram significativamente. Esses achados contrariam a idéia comum de que algodão e gado, as atividades produtivas típicas do Agreste e Sertão, não pudessem ser explorados com uso de trabalho escravo.

Palavras-chave – Brasil: século XIX; Trabalho escravo; Brasil: Nordeste

Summary – The article is a progress report on an on-going research program on slavery in the Brazilian Northeast. The characteristics of slave labor outside the coastal sugar zone are investigated. It is found that there were significant slave holdings in the cattle-raising, cotton-growing regions of the backlands, contrary to a commonly-held belief that those activities were not suited to be performed by slave labor. Slave holdings were generally small; and the demographic profile of the slave population was that expected of a labor force productively used by profit-maximizing slave-owners. The proportion of the value of slave holdings in total assets is surprisingly high, and does not tend to decrease even after the sharp increase in slave prices after cessation of slave imports.

Key words - Slave labor; Brazil: nineteenth century; Brazilian Northeast

Código JEL N36

POSSE DE ESCRAVOS E ESTRUTURA DA RIQUEZA NO AGRESTE E SERTÃO DE PERNAMBUCO: 1777-1887^(*)

Flávio Rabelo Versiani

(Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília)

José Raimundo Oliveira Vergolino

(Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco)

1. Introdução

O presente artigo reporta achados de um programa de pesquisa em andamento sobre as características do escravismo em Pernambuco, com ênfase no século XIX. O programa explora a evidência existente em registros cartoriais, especialmente inventários, disponíveis para praticamente todas as áreas da então província, no período considerado.¹ A existência de tais dados permite efetuar comparações sistemáticas entre os atributos do escravismo nas três zonas fisiográficas da região — Mata, Agreste e Sertão —, cada uma delas com estrutura produtiva bem diferenciada, e também com o escravismo urbano da cidade do Recife.

A relevância maior dessas comparações reside no fato de que elas podem contribuir para iluminar algumas questões fundamentais relativas à natureza do escravismo brasileiro. A visão tradicional sobre a escravidão no Brasil — em

^(*) Os autores agradecem, sem responsabilizá-los, aos participantes do XXVII Encontro da ANPEC que fizeram comentários e sugestões a versão anterior deste trabalho, em particular ao debatedor, Renato Marcondes. Agradecem também o competente trabalho de assistência técnica à pesquisa de Antônio Pessoa Nunes Neto e, na coleta de dados, de Tatiana Silva de Lima, Ivina de Moraes Peixoto, Glauber Guedes de Lima e Vicente Cardoso da Silva. O projeto de pesquisa tem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do qual os autores são bolsistas, e do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

¹ Os documentos pesquisados fazem parte do acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHG.

consonância, aliás, com a literatura internacional — privilegiava a relação entre uso do trabalho escravo e produção agrícola extensiva voltada à exportação (a chamada agricultura de *plantation*). Mais recentemente, no entanto, diversos trabalhos têm contribuído para traçar um quadro bem mais complexo e diversificado do fenômeno do escravismo entre nós, pondo em relevo a importância relativa de pequenos proprietários de escravos, e a utilização de mão-de-obra cativa numa vasta gama de atividades produtivas. Isso coloca questões novas, e abre uma área ampla de investigação. A diversidade de situações encontrada em Pernambuco, no século XIX, no que toca à estrutura produtiva e a formas de organização da produção e do trabalho constitui-se, assim, numa vantagem, do ponto de vista da análise comparativa dos vários tipos de escravismo.

A partir da evidência, examinada abaixo, de que uma parcela significativa do estoque de escravos da província estava localizada, no período, fora de sua área açucareira — ou seja, não na Zona da Mata, mas no Agreste e no Sertão — várias questões de interesse se colocam. Em que se aplicava a mão-de-obra escrava não ligada à produção extensiva de cana-de-açúcar? Quem eram, tipicamente, seus proprietários? O que se pode dizer sobre a racionalidade econômica do uso de escravos em atividades onde a produção se desenvolvia em forma bem distinta do regime típico de *plantation*? O que sugere a comparação entre o escravismo do açúcar e o das outras regiões da província? Essas são algumas das perguntas para cuja resposta o referido programa de pesquisas pretende fornecer elementos.

Trabalho anterior focalizou características da posse de escravos na região do Agreste, caracterizada, no período considerado, por uma estrutura produtiva voltada essencialmente à produção agrícola alimentar (tanto para auto-consumo quanto para abastecimento da zona litorânea), ao cultivo do algodão e à criação de gado, atividades muitas vezes desenvolvidas simultaneamente numa mesma propriedade.² O presente trabalho centra-se numa comparação entre o Agreste e o Sertão semi-árido, onde predominava a atividade criatória.

² Ver: Versiani & Vergolino (2000).

O trabalho se organiza da seguinte forma. A próxima seção revê aspectos da literatura sobre a economia do escravismo relevantes para nosso propósito. A seguir, descrevem-se os traços principais da estrutura produtiva das duas zonas fisiográficas consideradas (3ª seção). Passa-se, em seguida, à apresentação de resultados derivados da análise de dados primários, comparando o Agreste e o Sertão quanto aos padrões de posse de escravos (4ª seção), à estrutura demográfica da população escrava (5ª seção), e à composição da riqueza, com destaque para a o peso relativo dos escravos possuídos nos ativos totais (6ª seção). A última seção reúne as conclusões da análise.

2. Escravismo e teoria econômica³

Indagações sobre a racionalidade econômica do uso de mão-de-obra escrava levaram vários autores a desenvolver argumentos visando demonstrar a superioridade do trabalho escravo sobre o livre, em certas circunstâncias. A proposição de que a mão-de-obra escrava é, dentro de certos limites e mantidos os demais fatores constantes, mais produtiva do que a livre está presente, sob diversas formas, na moderna literatura sobre escravismo.

No livro clássico de Fogel e Engerman (1974:cap. 6), por exemplo, a superioridade do trabalho escravo é vista como decorrência de economias de escala obtidas na organização do trabalho agrícola em equipes de escravos, envolvendo detalhada especialização de tarefas. Tal superioridade seria evidenciada, portanto, apenas na produção em grande escala, ou seja, nas grandes plantações do Sul dos Estados Unidos.

Um argumento alternativo, e mais geral, decorre da óbvia constatação de que, enquanto no caso do trabalho livre a decisão entre lazer e trabalho é feita pelo próprio trabalhador, a partir de uma comparação dos custos e benefícios de um período adicional de trabalho, no caso da escravidão essa decisão cabe ao proprietário; e nesse caso o tempo de trabalho diário pode ser aproximado do

³ Sobre o argumento desta seção, ver Versiani (1994).

máximo biológico, mediante aplicação (ou ameaça de aplicação) da coerção física. Dado um comportamento maximizador do senhor de escravos, é de se esperar que o tempo do trabalho do escravo tenda a aproximar-se desse máximo, enquanto para o trabalhador livre a jornada de trabalho será tipicamente menor. A decisão racional sobre o uso de uma ou outra forma de trabalho decorrerá de um cotejo de seus custos, mas levando em conta essa produtividade diferencial (Domar, 1970; Barzel, 1977).

Nesse contexto, cabe a indagação: será possível, em todos os casos, usar a coerção como forma de forçar o trabalhador escravo a atingir o desempenho desejado por seu senhor? Aqui é relevante a argumentação desenvolvida por Fenoaltea (1984). Esse autor distinguiu dois tipos polares de atividades produtivas, na análise do trabalho escravo: de um lado, as atividades “intensivas em esforço”, que requerem basicamente força física. O exercício de tais tarefas é normalmente associado a modos de organização do trabalho — geralmente em turmas de trabalhadores, ligadas a um supervisor — que facilitem a fiscalização da execução e a aferição dos resultados. O cortador de cana ou capinador de um cafezal, na grande lavoura escravista, executam tarefas basicamente intensivas em esforço. A avaliação do desempenho do executante pode nesse caso ser feita, em geral, sob forma quantitativa: tantos pés de cana cortados, tantas covas abertas, etc.

No outro extremo, tarefas “intensivas em habilidade” são aquelas em que a qualidade de execução é fundamental: o resultado do trabalho não pode aqui ser aferido apenas pela quantidade do produto obtido. Dentro das esferas de atividade onde se desenvolveu a economia escravista no Brasil, diversas tarefas seriam classificáveis como intensivas em habilidade, como as ligadas ao fabrico do açúcar, nos engenhos; ou ao tratamento do cascalho das jazidas, para coleta dos fragmentos de ouro ou dos diamantes, na mineração; ou às atividades de artesãos e de escravos domésticos; ou ao trato do gado, nas fazendas de criação; etc.

Esse raciocínio introduz uma qualificação no argumento de Domar-Barzel: a superioridade do trabalho escravo, associada à maior duração da jornada de

trabalho, só pode ser obtida quando a coerção for viável; e ela só será viável em atividades intensivas em esforço. Seria impossível garantir a boa execução de uma atividade intensiva em habilidade mediante castigos ou ameaças, mesmo pela dificuldade de aferir de forma imediata a qualidade dos resultados: há aqui um problema de informação assimétrica, entre o agente da atividade produtiva e seu proprietário, ou patrão (cf. Kahn, 1992). Será em geral mais eficiente, nesse caso, angariar a cooperação desse agente com recompensas, antes que por coerção.

Conclui-se que a vantagem comparativa da mão-de-obra escrava, em relação ao trabalho livre, deve ser maior nas atividades em que predominem tarefas intensivas em esforço, onde a coerção seja factível. A agricultura de *plantation* é, sem dúvida uma dessas atividades. Assim, o argumento de Domar-Barzel fornece — assim como o de Fogel-Engerman — uma racionalização para o uso do trabalho escravo, no caso da grande lavoura. Ambas as argumentações (que não são, a rigor, mutuamente excludentes) convergem para demonstrar que o grande produtor agrícola, movido pelo objetivo de minimizar os custos de produção, pode ser levado, em certos casos, a preferir utilizar-se da mão-de-obra escrava, em lugar da livre.

Resta, no entanto, a questão: como racionalizar a ocorrência de escravidão em atividades distintas de agricultura de *plantation*? Qual o ganho potencial do senhor de escravos em usar trabalho cativo, em lugar de mão-de-obra livre, nos vários outros tipos de atividade onde predominavam tarefas intensivas em habilidade, e que em geral envolviam formas de organização do trabalho bem distintas do caso da grande lavoura escravista — e onde a escravatura aparentemente prosperou, no Brasil?

Não há resposta clara para essa questão. Uma racionalização possível decorreria da constatação, feita por diversos observadores da sociedade brasileira no século XIX, de que o fato de determinada tarefa ser comumente exercida por escravos pode fazer com que ela passe a ser considerada pouco digna de ser cumprida por um homem livre. Ou seja, a própria existência de trabalho escravo tornaria pouco elástica a oferta de trabalho livre, para o desempenho das mesmas

tarefas: dado que, por alguma razão, certo tipo de trabalho tenha sido atribuído a escravos, daí por diante tornar-se-ia difícil (ou muito mais caro) que ele passasse a ser feito por trabalhadores assalariados. É uma hipótese plausível, embora não seja fácil verificá-la empiricamente.

O fato é que se sabe muito pouco acerca das características das formas “não-*plantation*” de utilização de trabalho escravo, no Brasil, o que faz tanto mais necessária a investigação desse tema. Essa é a motivação central do programa de pesquisa de que o presente artigo é parte

3. O Agreste e o Sertão

Como se sabe, a colonização do Nordeste brasileiro, já a partir da primeira metade do século XVI, relacionou-se essencialmente à expansão do cultivo do açúcar, numa faixa de terras relativamente estreita, ao longo do litoral: a chamada Zona da Mata.⁴ A ocupação do interior da região, a oeste, decorreu da necessidade de abastecimento da área açucareira de animais e víveres. A parte mais ocidental, o chamado Sertão, de clima semi-árido, foi principalmente ocupada por grandes propriedades dedicadas à criação de gado. Na zona intermediária entre o Sertão e a Mata — o Agreste — desenvolveram-se culturas alimentares, além do gado; a partir da segunda metade do século XVIII, difundiu-se aí também o plantio de algodão, que encontrou nessa área condições ecologicamente favoráveis. Com o crescimento da demanda internacional por esse produto, o Agreste passa a ter acesso direto ao mercado exportador, principalmente em fases, como durante as Guerras Napoleônicas e a Guerra da Secessão americana, em que se reduzia a oferta de algodão por outros países.

A economia do Agreste evoluiu, assim, para uma estrutura produtiva mais diversificada — algodão, lavoura de alimentos e gado —, em contraste com a Mata, onde predominava a cana-de-açúcar, e o Sertão, mais voltado à atividade criatória. Não havendo antagonismo entre as atividades exploradas no Agreste (ao contrário, o algodão se presta ao cultivo intercalar com o milho, o feijão e a

⁴ Sobre esta seção, v. Furtado (1976) e Andrade (1998;1979).

mandioca; e o restolho dessas plantações, após a colheita, pode servir de alimento ao gado, assim como a “torta” derivada do processamento da semente do algodoeiro) elas freqüentemente conviviam na mesma propriedade, e muitas vezes em sítios de pequena extensão, pois economias de escala não são relevantes, nessas atividades.

No Sertão, a diversificação produtiva foi muito menor, e restrita, no período que aqui nos interessa, principalmente à agricultura de subsistência e ao cultivo, nas “ilhas” de maior unidade, como na região do Araripe, de cana-de-açúcar (alimentando pequenos “engenhos de rapadura”, voltados ao consumo local), algodão ou café.

A introdução de mão-de-obra escrava no Nordeste relacionou-se, como é bem sabido, com o cultivo da cana-de-açúcar. Em conseqüência, o foco da literatura sobre o escravismo nordestino recaiu, naturalmente, sobre engenhos, casas-grandes e senzalas. A literatura freqüentemente transmite a impressão de que o uso de mão-de-obra escrava na região, ao longo do século XIX, estava fundamentalmente concentrado na Zona da Mata, o que é reforçado pelos conhecidos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram nessa parte do País no século XIX, e que se referem, quase exclusivamente, à sociedade e economia litorâneas, e à escravidão do açúcar.

Para alguns, haveria de fato um antagonismo entre trabalho escravo e as atividades básicas da região não-açucareira do Nordeste: o cultivo de algodão e criação de gado. Isso sem dúvida decorre de uma identificação entre uso de mão-de-obra cativa e o exercício de tarefas intensivas em esforço, executadas ordenadamente sob a vigilância de um feitor. Cuidar do gado não envolve, obviamente, tarefas desse tipo; daí autores como Néilson Werneck Sodré terem proclamado a “incompatibilidade” entre pecuária e trabalho escravo (Sodré, 1962:123). No que se refere ao algodão, Manuel Correia de Andrade, baseando-se num raciocínio análogo (o fato de que o cultivo do algodão, ao contrário do caso da cana-de-açúcar, não exige trato constante, executado sistematicamente ao longo de todo o ano) concluiu que não valeria a pena comprar escravos caros e usar sua força de trabalho apenas durante parte do tempo (Andrade, 1998:94).

No entanto, como se refere a seguir, havia de fato muitos escravos no Agreste e no Sertão, aparentemente engajados, muito deles pelo menos, na produção de algodão e no trato de gado.

4. Escravos no Agreste e no Sertão

Levantamentos populacionais feitos pelas autoridades provinciais em 1827, e novamente no início da década de 1840, indicam que não menos de 28% dos escravos de Pernambuco estavam em municípios do Agreste, e 5% a 9% no Sertão (Figueira de Mello, 1979[1852]; Versiani e Vergolino, 2000). Os números do Censo de 1872 ratificam a importância substancial da massa escrava fora da área açucareira: 23% dos escravos da província correspondiam a municípios do Agreste, e 8% ao Sertão.⁵ Ou seja, a mão-de-obra cativa fora da Zona da Mata correspondia a algo entre 30% e 40% do total de Pernambuco, ao longo do século XIX. Considerável parcela dos escravos da província não estava, assim, ligada à grande unidade açucareira.

Quais as características dessa massa escrava e de seus proprietários? No que se segue, usaremos dados recolhidos em inventários *post mortem*, provenientes de cartórios de comarcas do Agreste e do Sertão, com o propósito de esclarecer essas questões.

Foram levantados dados de 647 inventários, 444 da região do Agreste e 203 do Sertão. No caso do Agreste, os documentos procedem de uma área bastante ampla, correspondente aos municípios ao redor das atuais cidades de Pesqueira, ao norte, e Garanhuns, ao sul do Estado. É uma área voltada, no século XIX, à típica produção diversificada do Agreste: gado, algodão e lavoura

⁵ Porcentagens computadas a partir de dados em *Estatística do Brasil*: 214-215. A Zona da Mata é definida pelos então municípios de Recife, Paudalho, Nazaré, Goiana, Itambé, Olinda, Igarassu, Cabo, Ipojuca, Vitória, Escada, Serinhaém, Gameleira, Rio Formoso, Barreiros, e Água Preta; o Agreste, pelos municípios de Limoeiro, Caruaru, São Bento, Bonito, Bezerros, Bom Conselho, Garanhuns, Buíque, Brejo, Cimbres e Bom Jardim; e o Sertão pelos municípios de Vila Bela, Flores, Triunfo, Ingazeira, Tacaratu, Floresta, Cabrobó, Exu, Salgueiro, Boa Vista, Ouricuri e Águas Belas.

de subsistência. Nas partes mais úmidas, como perto de Garanhuns, a agricultura se expandia mais; nas menos férteis, predominava o gado. Os inventários do Sertão provêm principalmente da região hoje vizinha de Cabrobó e Flores, ao sul do Estado. Na época, uma área essencialmente de criação de gado.

As Tabelas 1 e 2 mostram o padrão de propriedade de escravos revelado pelos inventários. Vê-se que, tanto no Agreste como no Sertão, predominava um escravismo de pequenos proprietários. A relação média de escravos por proprietário é de 8,1, nos inventários do Agreste, e 6,8, no Sertão, marcando um contraste acentuado com as várias dezenas de escravos mantidas por um engenho típico, na Zona da Mata.⁶ Verifica-se, nessas tabelas, que quase dois terços dos escravos pertenciam a senhores que tinham não mais que 20 cativos, no Agreste; essa proporção sobe a cerca de 90%, no caso de inventários do Sertão. Quanto ao tamanho do plantel por proprietário, vê-se que, em ambas as regiões, mais da metade dos senhores tinha 5 ou menos escravos; e mais de 80% deles tinha 10 ou menos escravos. Isso sugere que a mão-de-obra escrava estaria associada ao processo produtivo, no Agreste e no sertão, de forma inteiramente diferente daquela descrita na ampla literatura sobre o complexo casa-grande e senzala.

É evidente que os indivíduos inventariados constituem uma amostra imperfeita da população respectiva, especialmente por sub-representarem os estratos de renda mais baixa, onde a ausência ou escassez de bens de falecido não justificaria um inventário. Nesse sentido, é conveniente usar com cautela dados derivados desse tipo de fonte. Por outro lado, pode-se razoavelmente supor que os inventários proporcionam uma amostra não-viesada da população acima de certo nível de renda ou riqueza. É, portanto, relevante a informação, derivada das Tabelas 1 e 2, relativa à proporção dos que possuem escravos, entre os inventariados: ela pode ser tomada como um indicador do grau de difusão da posse de escravos entre a parcela da população que era proprietária de bens, especialmente bens de raiz. No caso das regiões em exame, isso significava, no mais das vezes, terras de cultivo ou criação. Assim, o fato de que

⁶ Medida pelo índice de Gini (computado entre estratos), a concentração da posse de escravos, nos dados das Tabelas 1 e 2, é de 0,529 (Agreste) e 0,385 (Sertão).

cerca de 73% dos inventariados, no Agreste, e 83%, no Sertão, fossem proprietários de escravos pode ser visto como um sinal de uma disseminação bastante ampla, ao menos entre os não-pobres, da posse de escravos. Em particular, tudo indica que quem tinha terras, no Agreste e no Sertão — e era, portanto, com toda probabilidade, produtor agrícola — em geral era dono de escravos. Ter escravos, na região não açucareira da província, longe de ser um fenômeno excepcional, era, a julgar pelos dados dos inventários, um fato de ocorrência generalizada.

Com respeito à questão da inserção desses escravos no processo produtivo, é relevante examinar alguns elementos da estrutura demográfica da população escrava.

5. Perfil demográfico da população escrava: Agreste e Sertão

Sabe-se que a taxa de natalidade, entre os escravos brasileiros, era em geral insuficiente para superar a taxa de mortalidade, de forma que a manutenção de um dado estoque de mão-de-obra forçada, numa unidade produtiva, dependia de um fluxo de aquisições, tipicamente proveniente da importação. E no tráfico de escravos a proporção de cativos jovens do sexo masculino era preponderante. Sendo assim, o perfil demográfico da massa escrava quanto a sexo, idade e nacionalidade pode fornecer pistas sobre sua utilização produtiva.

As Tabelas 3 a 8 mostram algumas características demográficas dos escravos no Agreste e no Sertão. Estabeleceu-se um corte temporal, definido pelo término do tráfico transatlântico de escravos; serão considerados, assim, os períodos 1770-1849 e 1850-1888.

Agreste - No que se refere à estrutura demográfica da população escrava do Agreste (Tabelas 3 a 5), cabem as seguintes observações:

a) Nota-se, no período 1770-1850, uma concentração de escravos na faixa etária mais produtiva, de 15 a 40 anos, mais pronunciada no caso dos homens (56,3%) do que das mulheres (48,1%); ver as Tabelas 3-A e 3-B. No período

posterior à abolição do tráfico, 1850-1887, essas porcentagens se reduzem, havendo um envelhecimento relativo do plantel de escravos, com aumento da participação da faixa de 41 anos e mais (embora a pirâmide etária permaneça “deformada”, com predominância de escravos e escravas de 15 a 40 anos). Tal envelhecimento pode ser visto como resultante tanto da falta de reposição de escravos pela importação, como também da venda de escravos na faixa etária mais produtiva para fora da região ou da província; como se sabe, houve um fluxo expressivo de vendas de escravos do Norte para o Sul do País, nesse período.

b) Entre os escravos abaixo de 14 anos, nota-se o típico equilíbrio entre os sexos observado em populações livres, refletindo a baixa incidência de crianças no tráfico externo (notar o amplo predomínio de nascidos no Brasil nessa faixa etária, nas Tabelas 4 e 5). Já na faixa produtiva, de 15 a 40 anos, há um alto índice de masculinidade (número de homens por 100 mulheres): 162, antes de 1850, baixando para 123, depois da abolição do tráfico.⁷ Esses índices são comparáveis aos observados, nesses períodos, para a população escrava da província como um todo; cf. Eisenberg (1974:Tab. 24).

É interessante observar que o índice de masculinidade entre os escravos nascidos no Brasil é muito inferior ao dos escravos africanos; de fato, o número de escravas crioulas (165) chega a superar o de crioulos (152), no período antes de 1850, como se nota na Tabela 4-A. Isso sugere que a prevalência de escravos do sexo masculino nos plantéis seria um fenômeno mais associado à oferta de escravos do que à procura. Ou seja, os proprietários de escravos do Agreste não teriam preferência pelo gênero da força de trabalho cativa; mas, na medida em que tivessem que recorrer ao mercado, sendo os escravos à venda predominantemente do sexo masculino, seriam levados a comprar mais escravos do que escravas, o que faria subir a taxa de masculinidade de seus plantéis. Essa possibilidade é coerente com um argumento presente na moderna literatura sobre o comércio internacional de escravos, segundo o qual a proporção de sexos, no tráfico, era determinada basicamente por variáveis que influíam na oferta de

⁷ Índices calculados a partir da Tabela 3-A.

escravos pelos mercadores africanos.⁸ Embora não seja claro que, para o exercício de tarefas intensivas em esforço, como na lavoura do açúcar, os compradores fossem indiferentes quanto ao sexo dos escravos, tal argumento é mais fácil de aceitar nos tipos de atividade produtiva que prevaleciam no Agreste. Na lavoura do algodão, por exemplo, era comum o uso de mão-de-obra feminina (Andrade, 1998:94).

Ainda com respeito ao índice de masculinidade, observa-se que ele é mais alto na faixa etária acima de 40 anos do que na faixa produtiva, de 15 a 40 anos, tanto no período anterior a 1850 quanto no período seguinte.⁹ Não há uma explicação imediata para esse achado, que contrasta com a evidência usual de maior longevidade no sexo feminino. Poder-se-ia pensar que isso fosse resultado da concessão de alforrias, em geral mais freqüente para escravas do que para escravos (por ex.: Mattoso, 1972); mas uma conclusão a respeito terá que aguardar maiores pesquisas.

c) Há grande predominância de escravos africanos, antes de 1850, tanto na faixa etária mais produtiva (65,5% do total) quanto entre os maiores de 40 anos (69,2%); v. Tabela 4-B. As porcentagens correspondentes são inferiores para o sexo feminino (39,3 e 56,4%), o que é coerente com a preponderância de escravos sobre escravas no tráfico. Como esperado, a proporção de africanos decresce drasticamente depois de 1850, na faixa etária de 15 a 40 anos, embora permaneça alta para os homens maiores de 40 anos (Tab. 5-B).

Sertão - Quanto à estrutura demográfica da massa escrava do Sertão (Tabelas 6 a 8), ressaltam os seguintes pontos:

a) Há também uma predominância da faixa etária de 15 a 40 anos entre os escravos do sexo masculino, antes de 1850 (45,7% do total: cf. Tab. 6-B), embora

⁸ Em seu *survey* recente sobre o tráfico atlântico, Herbert Klein afirma: "Though the literature is filled with contemporary and later accounts of the kind of slaves planters and slave traders demanded, in fact it was the African suppliers that determined the age and sex of the slaves who were shipped." (Klein, 1999:162).

⁹ Os números das Tabelas 3-A e 3-B fornecem os seguintes índices de masculinidade, para a faixa etária acima de 40 anos: 189 (período 1770-1850) e 138 (período 1851-1888). Como visto acima, os índices correspondentes para a faixa 15-40 anos são 162 e 123, respectivamente.

menos pronunciada do que no Agreste. Já no caso das escravas, a faixa etária de 0 a 14 anos é a mais numerosa, tanto antes como depois de 1850. No período posterior a 1850, o que chama mais atenção é a queda pronunciada (para 28,8%) na proporção de cativos do sexo masculino em idade produtiva. Esse dado é coerente com o que se sabe da evolução da economia da região, nesse período: as desastrosas estiagens ocorridas na segunda metade do século tiveram forte impacto no Sertão, sendo razoável supor uma maior tendência à venda de escravos para o Centro-Sul do que no caso do Agreste.

b) Como no Agreste, nota-se, no período antes de 1950, um índice de masculinidade alto (137), na faixa etária mais produtiva (mas não no período 1851-1888). Também aqui se observa que esse índice é maior para os escravos africanos (168) do que para os nascidos no Brasil (128), na faixa etária de 15 a 40 anos; mas, ao contrário do Agreste, esse último índice é ainda alto, sugerindo uma preferência por escravos do sexo masculino independentemente da composição de gêneros no tráfico. Se pensarmos no tipo de atividade produtiva mais comum nessa região, isso faz sentido: o manejo do gado é geralmente tarefa masculina, sendo de esperar um viés da demanda na direção de escravos homens.¹⁰

Da mesma forma como no Agreste, observa-se no Sertão que o índice de masculinidade é maior na faixa etária acima de 40 anos (cf. a Tab. 6-A).

c) Ao contrário do Agreste, havia, no Sertão, ampla predominância de escravos nascidos no Brasil, mesmo antes da extinção do tráfico, tanto entre homens (72,2%) como entre mulheres (77,3%); cf. a Tab. 7-A. Depois de 1850, o número de africanos é insignificante (Tabs. 8-A, 8-B). A grande ocorrência de escravos crioulos, no período anterior a 1850, faz pensar na possibilidade de que a taxa de natalidade da população escrava superasse a de mortalidade, no

¹⁰ Índices de masculinidade citados no parágrafo: $205/150 \times 100 = 137$; $148/116 \times 100 = 128$; $57/34 \times 100 = 168$. Cf. Tabelas 6-A e 7-A.

Sertão.¹¹ Mas aqui também será necessário aguardar mais pesquisas, antes de se fazer afirmativas mais positivas.

O que se pode concluir do exame de variáveis demográficas da população escrava do Agreste e Sertão é que elas são compatíveis com o que se poderia esperar, no caso de utilização produtiva do trabalho escravo. É relevante observar que tais características são análogas às observadas em estudos relativos à região litorânea da província, onde dominava a grande propriedade açucareira; ver, por exemplo, Vergolino, 1997. Tudo indica que a demanda por escravos, no Agreste e no Sertão, estava associada a sua utilização na produção, e a um comportamento maximizador, por parte dos senhores de escravos.

6. Estrutura da riqueza

Os dados de inventários *post mortem* permitem uma análise da estrutura da riqueza possuída pelos inventariados e fornecem, assim, uma fonte para resposta a indagações referentes ao peso relativo de cada categoria de bens no total de ativos — especialmente o estoque de escravos — e à evolução desses pesos ao longo do tempo. As Tabelas 9 a 16 mostram a participação relativa dos vários tipos de ativos, no Agreste e no Sertão, a partir de uma divisão por subperíodos: 1770-1819, 1820-1849 e 1850-1887. A idéia dessa periodização é distinguir fases em que há razões para supor que o preço relativo dos escravos tenha variado significativamente. Entre 1820 e 1840 parece ter-se registrado uma tendência ao crescimento dos preços de escravos, em contraste com as décadas anteriores, de preços relativamente estáveis. E certamente houve um substancial aumento de preços depois da extinção do tráfico, em 1850, especialmente até meados da década de 1860.¹²

¹¹ Cabe lembrar que tem sido sugerido, na literatura, que em certas regiões e períodos a expansão da população escrava, no Brasil, tenha decorrido principalmente do incremento natural, e não do tráfico; ver, por exemplo, Bergad (1999), com referência ao caso de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. Esse é um tema ainda controverso.

¹² O programa de pesquisa de que o presente trabalho é parte fornecerá dados, até agora extremamente escassos, sobre a evolução de preços de escravos em Pernambuco; as informações sobre preços estão sendo sistematizadas e serão objeto de próxima publicação. As afirmativas acima sobre a tendência dos preços derivam de nossos resultados preliminares e também de dados para outras regiões; cf. Bergad (1999: 163 e ss.) para preços de escravos em Minas Gerais; Mattoso (1992:637) para dados relativos à Bahia; e Eisenberg (1974:153 e ss.) para números referentes à Zona da Mata pernambucana, no período posterior à extinção do tráfico. Os

Os bens inventariados foram classificados nas seguintes categorias: Dinheiro; Metais (abrangendo objetos de ouro, prata, cobre e pedras preciosas); Móveis; Equipamentos (abrangendo objetos e utensílios ligados a atividades produtivas); Animais; Escravos; Casas, Sítios e Terras (CS&T); Dívida Ativa (créditos do falecido); e Lavras e Safras (L&S) (valor realizável de produtos agrícolas). A última coluna das tabelas 9 a 16 mostra a Dívida Passiva (débitos deixados pelo falecido), também como proporção do valor total dos ativos.

6.1. Inventários do Agreste

Na composição de ativos para o Agreste, mostrada na Tabela 12, derivada da análise dos 444 inventários provenientes daquela região, e que abrange todo o período 1770-1887, chamam atenção os seguinte pontos:¹³

a) Metais preciosos e mobiliário são, em conjunto, uma proporção pouco significativa do valor total do monte apurado — menos de 2%, em média — sugerindo uma baixa tendência a gastos suntuários. O exame da relação de bens nos inventários individuais revela, de fato, grande parcimônia de equipamento doméstico; julgado por esse padrão, o nível de conforto das residências do Agreste, mesmo no caso de pessoas de grandes posses, parece quase espartano (observações nesse sentido são, aliás, freqüentes nos relatos de viajantes estrangeiros do século XIX, não só no Nordeste como em outras regiões).

b) A pequena importância relativa dos equipamentos produtivos (como os destinados a descaroçar algodão ou ralar mandioca), em média 0,3% do total, é coerente com o baixo nível de investimentos associado às atividades produtivas típicas da região, como visto acima.

c) O peso relativo de Animais, de um lado, e de Casas, Sítios e Terras, de outro, é da mesma ordem de grandeza: próximo de 20%, em média. No entanto, a

preços são nominais; a evolução dos preços reais de escravos é questão problemática, dada a indisponibilidade de índices de preços de base ampla, para o período.

proporção do valor de Animais no total tende a decrescer quando aumenta o número de escravos possuídos, o que não é nítido no caso dos bens imóveis. Isso pode sugerir que maiores plantéis de escravos estariam mais associados ao cultivo do que à criação, o que é compatível com o fato de ser esta última atividade pouco intensiva em mão-de-obra.

d) A alta proporção média de dívidas ativas no monte de riqueza (14%) indica que muitos aplicavam seus recursos em empréstimos interpessoais, na ausência de outras formas de aplicação financeira. É importante ressaltar que não há qualquer menção, em nenhum dos inventários examinados, à posse de ativos financeiros, como depósitos bancários, apólices ou ações.¹⁴ Por outro lado, a porcentagem de dívidas passivas é também significativa, especialmente nos estratos inferiores (com baixo nível de posse de escravos e de riqueza): quanto menor a riqueza, maior a tendência ao endividamento. No que toca às dívidas ativas parece prevalecer o padrão oposto: o maior percentual (20%) é o do estrato superior. O que faz sentido: os mais ricos tenderiam a emprestar para os menos afortunados;

e) finalmente, e da maior importância do nosso ponto de vista, constata-se que o valor do plantel de escravos superava o de qualquer outro ativo, em todos os estratos (exceto, naturalmente, o daqueles que não possuíam escravos): 42%, em média. Ou seja, para quem tinha escravos, estes constituíam a parcela mais valiosa de sua riqueza. Não só isso, como tal nível de participação relativa do estoque de escravos no monte inventariado é excepcionalmente alta, quando comparada à que se observa em estudos análogos para outras regiões do País, referentes ao século XIX.¹⁵

¹³ Os resultados reportados nesta subseção confirmam os de Versiani & Vergolino (2000), baseados numa amostra menor de inventários do Agreste (112).

¹⁴ Isso contrasta com os dados de Kátia Mattoso relativos a inventários de Salvador, Bahia: aí foi comum a ocorrência de títulos ou depósitos, como forma de riqueza, especialmente a partir de 1840. Mattoso (1992:cap.31). Isso transparece também dos números de Z.C.Mello (1985), para São Paulo, a partir da década de 1860, e Fragoso (1992:255) para a cidade do Rio de Janeiro.

¹⁵ Cf. os dados de Eisenberg (1974:58) para a Zona da Mata pernambucana; Mattoso (1992:cap. 31) para Salvador; Mello (1985) para a cidade de São Paulo; Fragoso (1992:255) para o Rio de Janeiro. Sobre esse ponto, v. Versiani e Vergolino (2000).

A separação de dados do Agreste por subperíodos traz elementos adicionais, com referência a esse último ponto. As Tabelas 9, 10 e 11 mostram a estrutura da riqueza para os anos 1770-1819, 1820-1849, e 1850-1887, respectivamente.

A comparação entre as Tabelas 9 (relativa aos anos de 1770 a 1819) e 10 (1820-1849) mostra uma tendência ao aumento no peso relativo dos estoques de escravos na riqueza. Tal tendência, dado que o nível de preços da mão-de-obra cativa tenha subido, entre os dois períodos, pode sugerir uma baixa elasticidade-preço da procura por escravos, no Agreste. Essa sugestão é reforçada pelo cotejo das Tabelas 10 e 11 (esta última referente a 1850-1887): embora a proporção da riqueza aplicada em escravos tenha diminuído, em média, após a extinção do tráfico em 1850, a redução foi relativamente moderada; “Escravos” é ainda o item mais importante dos ativos inventariados, nos anos 1850-1887. E cabe ressaltar que, no caso de quem possuía de 1 a 5 escravos apenas (grupo que representa cerca de 40% do número total de quem possuía escravos, nos três subperíodos considerados), não houve de fato redução alguma: nesse grupo, a proporção relativa das várias formas de riqueza mantém-se praticamente constante, antes e depois de 1850.

Ou seja: os proprietários de escravos do Agreste, e especialmente os pequenos proprietários, não mostraram inclinação a reduzir substancialmente o peso relativo do plantel de cativos em sua riqueza, mesmo diante da considerável subida de preços resultante da supressão de importações do “elemento servil”.

6.2. Inventários do Sertão

A Tabela 16 mostra a estrutura de ativos correspondente aos 203 inventários do Sertão, no período 1770-1887, e suscita os seguintes comentários:

a) Assim como no caso do Agreste, o peso nos ativos totais dos haveres em metais preciosos e mobiliário é reduzido (cerca de 4%); e o dos equipamentos ligados à produção, insignificante (0,2%).

b) Como seria de se esperar, dada a maior importância da atividade criatória no Sertão, a proporção média da riqueza referente a rebanhos de animais é quase duas vezes a observada no Agreste: cerca de 35%. De outra parte, as referências, nos inventários, a produtos agrícolas a realizar (“Lavras e Safras”) são escassas, e o valor médio desse item irrelevante.

c) Aqui também aplicações em empréstimos interpessoais aparecem como uma forma significativa de manter riqueza, especialmente para indivíduos mais ricos.

d) Surpreendentemente, o valor do estoque de escravos é, da mesma forma como no Agreste, o item de maior peso na riqueza total avaliada nos inventários, equiparando-se em importância relativa ao valor dos rebanhos. Esse é um achado inesperado, diante da crença muito difundida de que o uso da mão-de-obra escrava seria limitado, numa economia que tinha na pecuária extensiva sua atividade produtiva predominante. E cabe notar que, para os pequenos proprietários, os que não possuíam mais que 10 escravos, os números da Tabela 16 mostram que o valor do plantel de escravos era significativamente superior ao do gado possuído.

A comparação entre períodos, proporcionada pelos dados das Tabelas 13, 14 e 15, mostra também um aspecto imprevisto: o aumento continuado do peso relativo dos escravos nos ativos totais, passando de uma média de 27%, em 1770-1819, para 31%, em 1820-1849, e atingindo 49%, no período 1850-1887. Ou seja: os senhores de escravos, no Sertão, mostravam, aparentemente, grande resistência em se desfazer da mão-de-obra cativa, numa situação em que o preço desta aumentou substancialmente; mais ainda do que no caso do Agreste.

6.3. Escravos e riqueza: comparação com outras regiões

Uma indagação que naturalmente se coloca refere-se à comparação entre os resultados acima e os derivados de estudos análogos para outras regiões do País. Não há muitos trabalhos com a mesma abrangência temporal; mas os existentes mostram contraste sugestivo com o que foi reportado aqui. Dados

sobre a participação de escravos na riqueza de seus senhores mostram em geral um decréscimo acentuado na proporção da riqueza aplicada em escravos, ao longo do século XIX. No citado estudo de Zélia C. de Mello, por exemplo, com base em inventários da cidade de São Paulo, há uma redução constante em tal parcela, no período 1845-1887: a relação passa de 32% a 8%, entre o início e o fim do período (Mello, 1985:153 e ss.). Em seu trabalho sobre a Bahia, Kátia Mattoso encontrou também queda generalizada naquela proporção, entre a primeira e a segunda metade do século XIX, nos inventários de quase todas as categorias de atividade ou profissão (seus dados permitem identificar, com certo detalhe, quem eram os inventariados, o que não sucede nos documentos cartoriais que analisamos). Uma exceção saliente são os inventários de senhores de engenho: nesse caso Mattoso observou, ao contrário, uma tendência ao aumento no peso relativo de escravos, entre os dois períodos, apesar da alta nos preços de escravos (Mattoso, 1992:616-42).¹⁶

O caso dos senhores de engenho pode ser explicado a partir de proposições da economia do escravismo, como visto acima: existem razões para se supor que a mão-de-obra escrava tenha vantagens comparativas no cultivo da cana-de-açúcar em regime de *plantation*. Na configuração clássica em que a escravidão se associa à grande lavoura voltada à monocultura de exportação, há argumentos para justificar uma baixa elasticidade de substituição da mão-de-obra escrava pela livre.

Mas o que é intrigante é que se encontrem indícios disso em situações onde a organização da produção e as relações de trabalho eram inteiramente distintas, como no Agreste e no Sertão pernambucanos. Tendo em conta o substancial aumento no custo da mão-de-obra escrava, que pelo visto ocorreu depois de 1850, seria de se esperar que o produtor escravista buscasse substituir o trabalho forçado pelo trabalho livre — a não ser que o primeiro fosse, de alguma forma, superior ao segundo, a ponto de tornar aquela substituição não compensatória. No entanto, a criação de gado, o cultivo do algodão ou de

¹⁶ Curiosamente, Mattoso também não observou tendência a redução no peso relativo dos escravos, após 1850, em inventários de comerciantes de Salvador, e registra mesmo a ocorrência

produtos alimentares, por pequenos proprietários, usando pequeno número de escravos — essas não são atividades em que se poderia supor, *a priori*, que o trabalho escravo tivesse vantagem comparativa sobre o trabalho livre. É verdade que a substituição do trabalho escravo pode ser dificultada, ou mesmo impossibilitada, numa situação em que a oferta de trabalho livre seja inelástica. Mas é difícil supor que houvesse esse tipo de restrição na região e período considerados: relatos históricos apontam, ao contrário, para uma utilização crescente de mão-de-obra livre no Nordeste, ao longo do século XIX (ver, por exemplo, Andrade, 1998: caps 3 e 4). Não há, assim, uma explicação imediata para os resultados relatados nesta seção; mas eles revelam, de qualquer forma, uma situação pouco condizente com a visão estabelecida sobre a lógica da utilização de trabalho escravo.

Anda existem, pelo visto, importantes questões em aberto, na explicação da demanda por mão-de-obra escrava no século XIX. Os dados referentes ao Agreste e Sertão pernambucanos põem claramente em evidência algumas dessas questões.

7. Conclusões

1. Segundo levantamentos estatísticos da primeira metade do século XIX, confirmados pelos dados do Censo de 1872, entre 30% e 40% dos escravos da província de Pernambuco, no século XIX, não pertenciam a proprietários da Zona da Mata, onde se localizavam as grandes propriedades açucareiras, mas estavam no Agreste, região de algodão, gado e lavoura alimentar, e no Sertão, onde predominava a criação de gado.

2. Dados de inventários *post mortem* do Agreste e do Sertão indicam que esses escravos faziam parte, em geral, de pequenos plantéis: cerca de dois terços dos cativos, no Agreste, e nove décimos, no Sertão, pertenciam a senhores que tinham até 20 escravos.

de grande número de escravos em alguns inventários dessa categoria, ainda na década de 1870 (Mattoso, 1992:616-42).

3. O perfil demográfico da população escrava é compatível com a hipótese de que os escravos do Agreste e do Sertão fossem usados na produção, a partir de um comportamento maximizador por parte de seus proprietários.

4. Análise da estrutura dos ativos mostra, tanto no Agreste como no Sertão, que o valor dos escravos possuídos era, em média, o item individualmente mais importante da riqueza inventariada. O aumento nos preços de escravos, após 1850, não provocou queda apreciável no peso relativo do valor dos escravos, nos inventários do Agreste; no caso do Sertão, esse peso de fato aumentou.

5. Esses resultados se contrapõem a uma crença, muito presente na literatura, de que o trabalho escravo não seria apropriado para as atividades produtivas tipicamente desenvolvidas no Agreste e no Sertão, no período.

6. Os dados aqui examinados se juntam a outras evidências, vindas à luz nos últimos anos, no sentido de mostrar a importância da escravidão não ligada à grande propriedade agrário-exportadora, no Brasil, e põem em relevo a importância de maiores pesquisas sobre esse tema.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. 2ed. Recife: Sudene, 1979. (Série Estudos Regionais, nº 1).
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 6 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- BARZEL, Yoram. "An Economic Analysis of Slavery," Journal of Law and Economics 20(1):87-110, Apr. 1977.
- BERGAD, Laird W. Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- DOMAR, Evsey D. "The Causes of Slavery and Serfdom: a Hypothesis." Journal of Economic History 30(1):18-32, Mar., 1970.
- EISENBERG, Peter L. The Sugar Industry in Pernambuco, 1840—1910; Modernization without Change. Berkeley: University of California Press, 1974.
- ESTATÍSTICA DO BRASIL [Censo de 1872]; Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger e Filhos, s.d.
- FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (Publicado originalmente em 1852).
- FENOALTEA, Stefano. "Slavery and Supervision in Comparative Perspective: a Model," Journal of Economic History 44(3):635-668, Sept. 1984.
- FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley L. Time on the Cross. 2 v. Boston: Little, Brown & Co., 1974.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- KAHN, Charles. "An Agency Approach to Slave Punishments and Awards." Em: R.W. Fogel & S. Engerman (eds.). Without Consent or Contract: Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom. (Technical Papers, v. 2). New York: Norton, 1992.
- MATTOSO, Kátia M.Q. Bahia, Século XIX; uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. Metamorfoses da Riqueza; São Paulo, 1845-1895. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- VERGOLINO, José Raimundo. "A Demografia Escrava no Nordeste do Brasil: o Caso de Pernambuco - 1880/1888." Revista Econômica do Nordeste 28. Número Especial, jul. 1997
- VERSIANI, Flávio Rabelo. "Brazilian Slavery: toward an Economic Analysis." Revista Brasileira de Economia 48(4): 463-478, out./dez. 1994.
- VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo O. "Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste Pernambucano, 1770-1887". XXVIII Encontro Nacional de Economia – Anais. Campinas, dez. de 2000. (publicado em *CD-rom*).

TABELA 1 - PERNAMBUCO: PADRÃO DE PROPRIEDADE DE
ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770 - 1887

TAMANHO DO PLANTEL DE ESCRAVOS	INVENTÁRIOS			ESCRAVOS INVENTARIADOS		
	NÚMERO	PROPORÇÃO DO TOTAL (%) (INVENTÁRIOS COM ESCRAVOS)	PROPORÇÃO ACUMULADA (%)	NÚMERO	PROPORÇÃO DO TOTAL (%)	PROPORÇÃO ACUMULADA (%)
Sem escravos	121	---	---	---	---	---
1 a 5	177	54,8	54,8	426	16,4	16,4
6 a 10	88	27,3	82,1	659	25,4	41,8
11 a 20	37	11,5	93,6	513	19,7	61,5
Mais de 20	21	6,5	100,0	1.001	38,5	100,0
Total	444	100,0		2.599	100,0	

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

TABELA 2 - PERNAMBUCO: PADRÃO DE PROPRIEDADE DE
ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770 - 1887

TAMANHO DO PLANTEL DE ESCRAVOS	INVENTÁRIOS			ESCRAVOS INVENTARIADOS		
	NÚMERO	PROPORÇÃO DO TOTAL (%) (INVENTÁRIOS COM ESCRAVOS)	PROPORÇÃO ACUMULADA (%)	NÚMERO	PROPORÇÃO DO TOTAL (%)	PROPORÇÃO ACUMULADA (%)
Sem escravos	34	---	---	---	---	---
1 a 5	89	52,7	52,7	251	21,9	21,9
6 a 10	50	29,6	82,3	392	34,3	56,2
11 a 20	26	15,4	97,7	379	33,1	89,3
Mais de 20	4	2,4	100,0	122	10,7	100,0
Total	203	100,0		1.144	100,0	

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

TABELA 3-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1887 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	1770-1849			1850-1887		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
De 0 a 14	238	238	476	93	95	188
De 15 a 40	441	272	713	165	134	299
De 41 e +	104	55	159	98	71	169
Total	783	565	1.348	356	300	656

TABELA 4-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, POR SEXO, 1770-1849 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanas	Total
De 0 a 14	222	16	238	223	15	238
De 15 a 40	152	289	441	165	107	272
De 41 e +	32	72	104	24	31	55
Total	406	377	783	412	153	565

TABELA 5-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, POR SEXO, 1850-1887 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanas	Total
De 0 a 14	93	0	93	94	1	95
De 15 a 40	142	23	165	122	12	134
De 41 e +	32	66	98	38	33	71
Total	267	89	356	254	46	300

TABELA 3-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1887 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	1770-1849			1850-1887		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
De 0 a 14	30,4	42,1	35,3	26,1	31,7	28,7
De 15 a 40	56,3	48,1	52,9	46,4	44,7	45,6
De 41 e +	13,3	9,7	11,8	27,5	23,7	25,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

TABELA 4-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, POR SEXO, 1770-1849 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanas	Total
De 0 a 14	93,7	6,7	100,0	93,7	6,3	100,0
De 15 a 40	34,5	65,5	100,0	60,7	39,3	100,0
De 41 e +	30,8	69,2	100,0	43,6	56,4	100,0
Total	51,9	48,2	100,0	72,9	27,10	100,0

TABELA 5-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, POR SEXO, 1850-1887 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanas	Total
De 0 a 14	100,0	-	100,0	99,0	1,1	100,0
De 15 a 40	86,1	13,9	100,0	91,0	9,0	100,0
De 41 e +	32,7	67,4	100,0	53,5	46,5	100,0
Total	75,0	25,0	100,0	84,7	15,3	100,0

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

TABELA 6-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1887 (VALORES
ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	1770-1849		1850-1887	
	Homens	Mulheres	Total	Total
De 0 a 14	168	177	345	116
De 15 a 40	205	150	355	70
De 41 e +	76	41	117	24
Total	449	368	817	210

TABELA 6-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1887 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	1770-1849		1850-1887	
	Homens	Mulheres	Total	Total
De 0 a 14	37,4	48,1	42,2	50,0
De 15 a 40	45,7	40,8	43,5	39,1
De 41 e +	16,9	11,1	14,3	10,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

TABELA 7-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, POR SEXO, 1770-1849
(VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	Homens		Mulheres	
	Brasileiros	Africanos	Brasileiros	Africanos
De 0 a 14	161	7	170	7
De 15 a 40	148	57	116	34
De 41 e +	49	27	76	12
Total	358	91	449	53

TABELA 7-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO POR SEXO, 1770-1849
(PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	Homens		Mulheres	
	Brasileiros	Africanos	Brasileiros	Africanos
De 0 a 14	95,8	4,2	100,0	4,0
De 15 a 40	72,2	27,8	100,0	22,7
De 41 e +	64,5	35,5	100,0	29,3
Total	79,7	20,3	100,0	14,4

TABELA 8-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, POR SEXO, 1850-1887
(VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	Homens		Mulheres	
	Brasileiros	Africanos	Brasileiros	Africanos
De 0 a 14	70	0	46	0
De 15 a 40	34	0	36	0
De 41 e +	11	3	9	1
Total	115	3	91	1

TABELA 8-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO POR SEXO, 1850-1887
(PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	Homens		Mulheres	
	Brasileiros	Africanos	Brasileiros	Africanos
De 0 a 14	100,0	-	100,0	-
De 15 a 40	100,0	-	100,0	-
De 41 e +	78,6	21,4	100,0	10,0
Total	97,5	2,5	100,0	1,1

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHPG

TABELA 9 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1819

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva
Nenhum	9	4,76	2,12	3,36	0,31	58,15	-	25,54	5,77	-	100,00	15,41
De 1 a 5	24	0,27	2,63	3,96	0,78	23,33	32,96	22,88	11,82	1,37	100,00	9,47
De 6 a 10	20	0,38	3,03	1,26	0,41	14,21	48,14	21,79	8,05	2,72	100,00	6,02
De 11 a 20	8	0,15	2,68	0,94	0,23	21,72	43,69	16,95	12,58	1,08	100,00	18,61
Mais de 20	1	-	1,47	1,40	0,35	35,93	42,72	16,14	2,00	-	100,00	0,80
Total	62	0,39	2,69	1,77	0,42	21,38	41,87	20,13	9,73	1,64	100,00	10,65

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHPG

TABELA 10 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1820-1849

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva
Nenhum Escravo	14	0,19	2,28	0,38	0,22	44,57	-	27,90	24,46	-	100,00	2,33
De 1 a 5 escravos	45	0,17	2,75	1,00	0,30	28,50	45,18	14,53	6,44	1,12	100,00	6,98
De 6 a 10 escravos	22	0,39	1,43	1,08	0,42	12,28	62,49	14,30	5,35	2,24	100,00	11,05
De 11 a 20 Escravos	14	0,43	2,68	0,56	0,24	14,60	60,11	12,13	7,82	1,44	100,00	6,11
Mais de 20 Escravos	11	4,41	1,13	0,44	0,18	11,53	49,42	22,29	5,72	4,89	100,00	0,93
Total	106	2,99	1,54	0,58	0,23	14,37	50,72	19,53	6,35	3,71	100,00	3,26

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHPG

TABELA 11 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1850-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)															
		Móveis					Equipamentos			Animais		Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva					
Nenhum Escravo	98	0,85	1,50	9,74	0,83	51,78	-	23,96	8,55	2,80	100,00	11,68					
De 1 a 5 escravos	108	0,99	3,03	1,72	0,29	23,08	46,83	15,21	8,02	0,82	100,00	9,27					
De 6 a 10 escravos	46	1,02	0,97	1,94	0,31	16,72	42,04	20,31	16,50	0,19	100,00	10,09					
De 11 a 20 Escravos	15	0,40	0,47	0,46	0,37	18,89	56,88	14,59	7,03	0,90	100,00	2,03					
Mais de 20 Escravos	9	0,20	0,37	0,19	0,14	15,37	35,29	15,78	30,34	2,32	100,00	4,15					
Total	276	0,68	1,21	1,82	0,30	20,68	39,30	17,51	17,24	1,26	100,00	7,34					

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

TABELA 12 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)															
		Móveis					Equipamentos			Animais		Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva					
Nenhum Escravo	121	0,87	1,57	9,00	0,78	51,41	-	24,25	9,57	2,56	100,00	11,12					
De 1 a 5 escravos	177	0,85	2,98	1,72	0,31	23,81	46,04	15,44	7,97	0,88	100,00	8,97					
De 6 a 10 escravos	88	0,93	1,13	1,82	0,33	16,15	44,34	19,83	14,94	0,53	100,00	9,95					
De 11 a 20 Escravos	37	0,38	1,21	0,54	0,33	18,19	56,26	14,26	7,79	1,05	100,00	4,70					
Mais de 20 Escravos	21	1,90	0,68	0,30	0,16	13,97	41,08	18,42	20,13	3,34	100,00	2,82					
Total	444	1,21	1,34	1,53	0,29	19,23	42,08	18,08	14,39	1,85	100,00	6,51					

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

TABELA 13 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1819

Estratos (número de escravos)	Número de Inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div. Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva
Nenhum	3	2,15	2,64	1,75	1,93	34,58	-	6,28	50,68	-	100,00	-
De 1 a 5	16	0,13	3,23	5,82	0,51	36,63	34,20	10,53	8,85	0,12	100,00	16,76
De 6 a 10	13	1,12	3,67	11,40	0,40	31,95	27,13	12,67	11,54	0,12	100,00	14,72
De 11 a 20	7	1,28	4,10	1,23	0,32	29,01	33,65	10,30	19,70	0,40	100,00	5,03
Mais de 20	1	5,46	1,08	0,42	0,08	38,82	10,97	17,21	25,96	-	100,00	0,94
Total	40	1,77	3,27	5,41	0,36	33,00	27,08	12,30	16,63	0,18	100,00	9,51

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

TABELA 14 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1820-1849

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div. Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva
Nenhum	21	1,55	2,95	4,74	0,64	71,13	-	13,12	5,88	-	100,00	2,64
De 1 a 5	49	1,33	3,76	1,54	0,39	43,39	34,65	11,44	3,50	-	100,00	3,83
De 6 a 10	24	2,26	2,97	0,83	0,20	35,12	45,07	11,25	2,32	-	100,00	3,31
De 11 a 20	16	3,61	2,44	1,17	0,16	48,79	21,05	11,34	11,43	0,01	100,00	3,58
Mais de 20	2	16,91	3,38	0,18	0,08	23,45	41,67	5,89	8,43	-	100,00	0,35
Total	112	3,56	2,89	1,20	0,22	43,36	30,46	11,06	7,24	0,00	100,00	3,34

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

TABELA 15 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1850-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva
Nenhum	10	4,52	2,08	5,35	0,77	61,92	-	20,02	3,80	1,54	100,00	13,54
De 1 a 5	24	0,32	2,33	1,44	0,09	22,68	43,90	27,88	1,36	0,01	100,00	5,50
De 6 a 10	13	0,30	2,40	1,00	0,38	20,80	51,26	21,55	2,23	0,08	100,00	3,34
De 11 a 20	3	-	0,60	0,42	0,08	13,68	72,36	11,09	1,77	-	100,00	0,53
Mais de 20	1	-	0,54	0,10	0,01	27,28	49,02	14,53	8,52	-	100,00	-
Total	51	0,38	1,72	1,02	0,20	23,77	49,05	20,24	3,53	0,10	100,00	3,21

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

TABELA 16 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Sub-Total	Div Passiva
Nenhum	34	2,99	2,52	4,86	0,77	64,73	-	16,01	7,37	0,73	100,00	7,66
De 1 a 5	89	0,78	3,09	1,91	0,27	33,77	38,61	18,47	3,09	0,02	100,00	5,79
De 6 a 10	50	1,29	2,84	2,45	0,30	28,81	44,96	15,65	3,64	0,05	100,00	5,00
De 11 a 20	26	2,88	2,41	1,09	0,17	42,08	28,89	11,18	11,24	0,05	100,00	3,38
Mais de 20	4	4,70	1,27	0,17	0,04	28,24	41,32	13,00	11,27	-	100,00	0,23
Total	203	2,21	2,53	1,67	0,23	35,15	36,58	14,45	7,12	0,06	100,00	4,08

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP

The ECO/UnB Working Paper Series

The Department of Economics of the University of Brasilia publishes its Working Papers Series since April 1972. On August 30, 2002 the series was renewed with the on-line publication of the papers. All Working Papers may be freely downloaded from the Department site: <http://www.unb.br/ih/eco>.

Working papers published since August 2002:

- 231 Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. Flávio Rabelo Versiani and José Raimundo O. Vergolino, 30 August 2002, 29p.
- 232 On the natural rates of unemployment and interest: the Robertson connection. Mauro Boianovsky and John R. Presley, 30 August 2002, 34p.
- 233 Contas Nacionais e o meio ambiente: reflexões em torno de uma abordagem para o Brasil. Charles C. Mueller, 30 August 2002, 25p.
- 234 Economics of air pollution: hedonic price model and smell consequences of sewage treatment plants in urban areas. Sérgio A. Batalhone, Jorge M. Nogueira and Bernardo P. M. Mueller, 30 August 2002, 25p.
- 235 The Brazilian depression of the 80s and 90s. Mirta Bugarin, Roberto de G. Ellery Jr., Victor Gomes and Arilton Teixeira, 30 August 2002, 30p.
- 236 Informal employment in Brazil – A choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach. Maria Tannuri-Pianto and Donald M. Pianto, 30 August 2002, 23p.
- 237 False contagion and false convergence clubs in stochastic growth theory. Stephen de Castro and Flávio Gonçalves, 30 August 2002, 20p.
- 238 Spot and contract markets in the Brazilian wholesale energy market. Paulo C. Coutinho and André Rossi de Oliveira, 30 August 2002, 19p.
- 239 Tributação da renda e do consumo no Brasil: uma abordagem macroeconômica. Valter Borges de Araújo Neto e Maria da C. S. de Sousa, 6 September 2002, 31p.
- 240 Vote splitting, reelection and electoral control: towards a unified model. Maurício S. Bugarin. 30 August 2002, 26p.

Forthcoming working papers:
(Subject to change)

- 241 Shadow-prices in payment systems. Rodrigo Peñaloza, 30 August 2002, 30p.
- 242 Welfare implications of the Brazilian social security system. Roberto de G. Ellery Jr. and Mirta N. S. Bugarin, 13 September 2002, 28p.
- 243 Os agentes econômicos em processo de integração regional – Inferências para avaliar de efeitos da ALCA. Renato Baumann and Francisco Galvão Carneiro, 20 September 2002, 33p.
- 244 Leading by example: a simple evolutionary approach. André Rossi de Oliveira and João R. O. de Faria, 27 September 2002, 24p.
- 245 The role of institutions in sustainable development. Bernardo Mueller and Charles Mueller, 4 October 2002, 23p.
- 246 Consórcios intermunicipais de saúde: uma análise à luz da teoria dos jogos. Luciana Teixeira, Maria Cristina MacDowell and Mauricio Bugarin, 11 October 2002, 30p.

- 247 Liquidity constraints and the behavior of aggregate consumption over the Brazilian business cycle. Mirta Bugarin and Roberto de G. Ellery Jr, 18 October 2002, 19p.
- 248 Pricing water and sewage services in urban areas: Evidences of low level equilibrium in a developing economy. Ricardo Coelho de Faria, Jorge M. Nogueira and Bernardo Mueller, 25 October 2002.
- 249 Wrong incentives for growth in the transition from modern slavery to labor markets: Babilon before, Babilon after. Stephen de Castro, 1 November 2002, 23p.
- 250 Vintage capital, distortions and development. Samuel Pessoa and Rafael Rob, 8 November 2002, 40p.
- 251 A note on Armstrong's optimality of exclusion property. Mauricio Bugarin, 15 November 2002, 20p.
- 252 Preços de escravos em Pernambuco no século XIX. Flávio R. Versiani and José Raimundo O. Vergolino, 22 November 2002, 20p.
- 253 A model of capital accumulation and rent seeking. Paulo Barelli and Samuel de Abreu Pessoa, 29 November 2002, 40p.
- 254 Anchors away: the cost and benefits of Brazil's devaluation. Edmund Amann and Werner Baer, 6 December 2002, 19p.